



Simulado Preparatório para o Concurso da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Cargo: Agente de Polícia Legislativa

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h
- ✓ Banca Organizadora: FCC
- ✓ Número de Questões: 70 + Redação
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo / Nº de Questões

- Língua Portuguesa – 16
- Noções de Processo Legislativo – 10
- Realidade do Distrito Federal – 06
- Noções de Legislação Específica – 08
- Noções de Direito Administrativo – 06
- Noções de Direito Constitucional – 06
- Noções de Direito Penal – 06
- Noções de Direito Processual Penal – 06
- Noções de Segurança Pública – 06

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

Policiais Legislativos têm o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Entre as funções de um Agente de Polícia Legislativa, estão a de: executar, sob supervisão, atividades relacionadas com os serviços de segurança e manutenção da ordem e de polícia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A remuneração inicial do recém-nomeado será no valor de **R\$ 10.650,00** mais benefícios.



Bom Simulado!

Língua Portuguesa

01. A forma verbal destacada está corretamente empregada na frase da alternativa:

- a) Se escolas verem que funcionários armados são necessários, deverão pedir autorização ao distrito escolar.
- b) Os integrantes do Legislativo propuseram que haja maior comunicação entre as áreas públicas de educação e segurança.
- c) Quando haver mais defensores do desarmamento, é provável que as leis sejam alteradas.
- d) É importante prever como enfrentar situações de violência motivadas por jovens.
- e) Os idealizadores do projeto manteram a comercialização de armas muito potentes.

02. A alternativa que reescreve o trecho “O juiz então ordenou que ele fosse fuzilado.”, de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação de pronome, é:

- a) O juiz então ordenou que lhe fuzilassem.
- b) O juiz então ordenou que fuzilassem-lhe.
- c) O juiz então ordenou que fuzilassem-o.
- d) O juiz então ordenou que fuzilassem ele.
- e) O juiz então ordenou que o fuzilassem.

03. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do enunciado a seguir, de acordo com a norma-padrão de concordância.

_____ as proporções do acidente, _____ as vias da redondeza, ficando _____ às pessoas trafegar pelo local, pois ainda _____ focos de incêndio _____.

- a) Dado ... foram interdidadas ... proibidas ... haviam ... disperso
- b) Dadas ... foram interdidadas ... proibido ... havia ... dispersos
- c) Dadas ... foi interditado ... proibido ... haviam ... dispersos

- d) Dado ... foram interdidadas ... proibido ... havia ... disperso
- e) Dado ... foi interditado ... proibidas ... havia ... disperso

04. A alternativa em que a concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão é:

- a) Houve dezessete vítimas no atentado à escola do estado da Flórida.
- b) Para os estudantes, a lei contém senões, como a liberação de certos tipos de armas.
- c) Com a restrição à compra de armas, espera-se que diminuam a morte de inocentes.
- d) O ataque à escola de Parkland somam-se a outros já ocorridos nos EUA.
- e) Segundo a nova lei, somente jovens que tem 21 anos ou mais poderão adquirir armas legalmente.

05. Assinale a alternativa que apresenta a justificativa correta para o uso do acento na palavra "juízo".

- a) Trata-se de paroxítona terminada em "o".
- b) Trata-se de oxítona terminada em "zo".
- c) Trata-se de monossílabo tônico.
- d) A obrigatoriedade é apenas por uma questão diferencial.
- e) Há hiato com "i" isolado na sílaba.

06. Em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente, atendem às regras de acentuação todas as palavras em:

- a) andróide, odisseia, residência
- b) arguição, refém, mausoléu
- c) desbloqueio, pêlo, escarcéu
- d) feiúra, enjoo, maniqueísmo
- e) sutil, assembléia, arremesso

07. Identifique a alternativa que apresenta o verbo na voz reflexiva:

- a) Os pais contemplam-se nos filhos.

- b) Desejo comprar um livro.
- c) As cidades serão enfeitadas.
- d) Abrir-se-ão novas escolas.
- e) As despesas foram pagas por mim.



08. A fala da avó está corretamente reescrita, com o sentido preservado, em:

- a) Muito obrigada por terem visitado-me, fico muito feliz, meus netinhos.
- b) Sua visita meus netinhos, muito obrigada, fico muito feliz por vocês.
- c) Meus netinhos, agradeço-lhes sua visita, com a qual fico muito feliz.
- d) Gostaria de agradecer-los, meus netinhos, porquê fico feliz com sua visita.
- e) Vocês viram me visitar, obrigada meus netinhos, fico muito feliz com isto.

(Questões 09 a 12) Texto I – Garoto das Meias Vermelhas

Ele era um garoto triste. Procurava estudar muito.

Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa.

Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas. Um dia, o cercaram e lhe perguntaram porque ele só usava meias vermelhas.

Ele falou, com simplicidade: "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo. Colocou em mim essas meias vermelhas. Eu reclamei. Comecei a chorar.

Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas.

Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas. Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela."

"Ora", disseram os garotos, "mas você não está num circo. Por que não tira essas meias vermelhas e as joga fora?"

O menino das meias vermelhas olhou para os próprios pés, talvez para disfarçar o olhar lacrimoso e explicou:

"É que a minha mãe abandonou a nossa casa e foi embora. Por isso eu continuo usando essas meias vermelhas. Quando ela passar por mim, em qualquer lugar em que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela."

(Carlos Heitor Cony)

09. Apesar de narrativo, o texto I tem seu primeiro parágrafo no formato descritivo. Nessa descrição, o autor procura:

- a) dar marcas físicas e psicológicas do personagem;
- b) mostrar aspectos psicológicos do menino;
- c) situar a narrativa num momento temporal passado;
- d) caracterizar o espaço físico onde vão ocorrer os fatos;
- e) indicar traços da personalidade do menino que irão alterar-se.

10. A explicação dada pelo menino para o uso de meias vermelhas traz uma marca de emprego coloquial da língua em:

- a) "No ano passado, quando fiz aniversário, minha mãe me levou ao circo";
- b) "Colocou em mim essas meias vermelhas";
- c) "Eu reclamei. Comecei a chorar. Disse que todo mundo ia rir de mim, por causa das meias vermelhas"

- d) “Mas ela disse que tinha um motivo muito forte para me colocar as meias vermelhas”;
- e) “Disse que se eu me perdesse, bastaria ela olhar para o chão e quando visse um menino de meias vermelhas, saberia que o filho era dela.”

11. “Todos os outros meninos zombavam dele, por causa das suas meias vermelhas”. A causa da zombaria se explica pelo fato de:

- a) as meias vermelhas não fazerem parte do uniforme escolar;
- b) a cor vermelha ser predominantemente usada pelas meninas;
- c) a cor vermelha das meias não ser de uso comum;
- d) o vermelho ser uma cor que expressa urgência e desespero;
- e) a cor vermelha ser de uso exclusivo de militares.

12. “Na hora do recreio ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa”. A forma de reescrever esse segmento do texto 1 que altera o seu significado original é:

- a) Na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas;
- b) Ficava afastado dos colegas na hora do recreio, como se estivesse procurando alguma coisa;
- c) Ficava afastado dos colegas, como se estivesse procurando alguma coisa, na hora do recreio;
- d) Como se estivesse procurando alguma coisa, ficava afastado dos colegas na hora do recreio;
- e) Como se estivesse procurando alguma coisa na hora do recreio, ficava afastado dos colegas.

(Questões 13 a 16) Texto II

Nas minhas pesquisas, tenho constatado que muitas mulheres brasileiras reproduzem e fortalecem, consciente ou inconscientemente, a

lógica da dominação masculina. É verdade que o discurso hegemônico atual é o de libertação dos papéis que aprisionam a maioria das mulheres. No entanto, os comportamentos femininos não são tão livres assim; muitos valores mais tradicionais permanecem internalizados. Existe uma enorme distância entre o discurso libertário das brasileiras e seu comportamento e valores conservadores.

Não pretendo alimentar a ideia de que as mulheres são as piores inimigas das mulheres, mas provocar uma reflexão sobre os mecanismos que fazem com que a lógica da dominação masculina seja reproduzida também pelas mulheres. Nessa lógica, como argumentou Pierre Bordieu, os homens devem ser sempre superiores: mais velhos, mais altos, mais fortes, mais poderosos, mais ricos, mais escolarizados. Essa lógica constitui as mulheres como objetos, e tem como efeito colocá-las em um permanente estado de insegurança e dependência. Delas se espera que sejam submissas, contidas, discretas, apagadas, inferiores, invisíveis.

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir escreveu que não definiria as mulheres em termos de felicidade, e sim de liberdade. Ela acreditava que, para muitas, seria mais confortável suportar uma escravidão cega do que trabalhar para se libertar. A filósofa francesa afirmou que a liberdade é assustadora, e que, por isso, muitas mulheres preferem a prisão à sua possível libertação. No entanto, ela acreditava que só existiria uma saída para as mulheres: recusar os limites que lhes são impostos e procurar abrir para si e para todas as outras o caminho da libertação.

(Miriam Goldenberg)

13. As pesquisas da autora levaram-na a constatar que,

- a) embora defendam a tese da liberdade feminina, muitas brasileiras têm comportamentos que reforçam a lógica da dominação masculina.

- b) do ponto de vista patriarcal, as mulheres são superiores aos homens quando preferem a segurança doméstica ao mundo do trabalho.
- c) mantendo a coerência com o discurso que prega a superação dos limites femininos, há uma clara tendência a posturas conservadoras.
- d) reforçando a tese da hegemonia masculina, as mulheres brasileiras se mostram cada vez mais propensas a conseguir sua autonomia.
- e) com a internalização de valores tradicionais, é ampliada a liberdade feminina de comportamentos.

14. É correto afirmar que, do ponto de vista da filósofa Simone de Beauvoir,

- a) embora vivendo como escravas, as mulheres se sentem libertas de obrigações familiares e sociais.
- b) as mulheres priorizam a liberdade, que lhes garante viver em zona de conforto provida pelo trabalho.
- c) a tendência feminina é buscar a saída de sua condição de escravidão num impossível sonho de liberdade.
- d) a liberdade atemoriza, o que explica que muitas mulheres escolham viver subjugadas.
- e) a definição de liberdade feminina está atrelada ao grau de conformismo que o trabalho impõe.

15. As palavras destacadas na passagem – Delas se espera que sejam submissas, contidas... – têm antônimos adequados ao contexto em:

- a) insubmissas e reservadas.
- b) intransigentes e instáveis.
- c) desobedientes e imoderadas.
- d) soberbas e notáveis.
- e) dóceis e desmedidas.

16. Assinale a alternativa em que a expressão entre colchetes substitui o trecho destacado obedecendo à norma-padrão de emprego e colocação do pronome.

- a) Essa lógica constitui as mulheres como objetos ... [constitui elas]
- b) .. Simone de Beauvoir escreveu que não definiria as mulheres em termos de felicidade ... [definiria-as]
- c) ... seria mais confortável suportar uma escravidão cega do que trabalhar ... [suportar-lhe]
- d) ... muitas mulheres brasileiras fortalecem a lógica da dominação masculina. [fortalecem-a]
- e) ... muitas mulheres preferem a prisão à sua possível libertação. [preferem-na]

Noções de Processo Legislativo

17. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, a atribuição de expedir instruções para a execução das leis, dos decretos e dos regulamentos é competência do(s)

- a) vice-governador do Distrito Federal.
- b) Conselho de Governo.
- c) secretários de Estado do Distrito Federal.
- d) presidente da Câmara Legislativa.
- e) presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

18. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, e com relação à organização dos poderes, é correto afirmar que os deputados distritais

- a) não são invioláveis por suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- b) são invioláveis, apenas penalmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- c) são invioláveis, apenas civilmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- d) são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, suas palavras e seus votos.
- e) são invioláveis, civil e penalmente, apenas por seus votos.

19. Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de competência concorrente entre o Distrito Federal (DF) e a União manter programas de educação, prioritariamente pré-escolar e de ensino fundamental.
- b) Compete privativamente ao DF interditar edificações em ruína, em condições de insalubridade e que apresentem as irregularidades previstas na legislação específica, bem como demolir construções que ameacem a segurança individual ou coletiva.
- c) A fiscalização tributária é de competência privativa dos auditores e procuradores fiscais, os quais terão precedência sobre os demais servidores.
- d) Em caso de greve, para garantir a prestação dos serviços públicos, é autorizado expressamente que os servidores públicos substituam, em qualquer hipótese, os trabalhadores privados.
- e) Aos integrantes da carreira de fiscalização e inspeção é garantida a independência funcional no exercício de suas atribuições, exigindo-se nível superior ou médio para o ingresso na carreira.

20. Assinale a alternativa incorreta sobre o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

- a) Cada legislatura terá duração de dois anos e inicia-se com a posse dos Deputados Distritais.
- b) O candidato diplomado Deputado Distrital deverá apresentar à Mesa Diretora, pessoalmente ou por intermédio do seu partido, até o dia 20 de dezembro do ano anterior à instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e declaração de bens com a indicação das fontes de renda.
- c) O Deputado Distrital não poderá presidir os trabalhos da Câmara Legislativa ou de comissão

quando se tratar de assunto de seu interesse pessoal, de apreciação de matéria de sua autoria ou da qual tenha sido relator.

- d) O Deputado Distrital que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, salvo os cargos da Mesa Diretora.
- e) Os procedimentos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar e as medidas e o processo disciplinares são os definidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa.

21. Com base no disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, é correto afirmar que

- a) é garantida a independência funcional aos integrantes das categorias de delegado de polícia, perito criminal e médico-legista.
- b) o Palácio do Buriti é a sede do governo do Distrito Federal.
- c) são símbolos do Distrito Federal a bandeira, o hino, o mascote e o brasão.
- d) os Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação compõem a estrutura administrativa da PCDF e seus dirigentes são escolhidos ad nutum pelo Diretor da PCDF.
- e) as atividades desenvolvidas nos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e de Identificação são consideradas de natureza onírica.

22. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, sobre os fundamentos e organização dos Poderes e do Distrito Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Um dos valores fundamentais do Distrito Federal é a preservação do princípio da igualdade racial e social.
- b) O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

c) É assegurado o exercício do direito de petição ou representação, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.

d) Um dos objetivos prioritários do Distrito Federal é garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos

e) A soberania popular será exercida pelo sufrágio censitário e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

23. Se o governador do Distrito Federal considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, irá vetá-lo, total ou parcialmente, no prazo, contado da data do recebimento, de

- a) dois dias.
- b) dez dias úteis.
- c) quinze dias.
- d) quinze dias úteis.
- e) trinta dias.

24. Conforme consta na Lei Orgânica do Distrito Federal, o Tribunal de Contas é integrado por

- a) sete conselheiros.
- b) nove conselheiros.
- c) sete desembargadores.
- d) nove ministros.
- e) onze ministros.

25. Nos termos da Lei Orgânica do DF,

- a) o Poder Executivo, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do DF deverão manter sistema de controle interno de forma integrada.
- b) a avaliação, pelo controle interno, dos efeitos das renúncias de receitas restringe-se às de natureza tributária.

c) os responsáveis pelo controle interno, ao constatarem a inobservância do princípio da economicidade, deverão dar ciência ao Tribunal.

d) a determinação de que as contas públicas do DF sejam disponibilizadas de forma clara e compreensível atende ao princípio da publicidade.

e) qualquer cidadão, independentemente dos interesses que represente, tem o direito de formular denúncia sobre irregularidades, diretamente ao Tribunal de Contas ou à Câmara Legislativa.

26. As vagas na Câmara Legislativa verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Quais assertivas estão corretas?

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Realidade do Distrito Federal

27. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710/1998, alterado pelo Decreto nº 3.445/2000.

Em relação à RIDE/DF, assinale a alternativa correta.

- a) Além do Distrito Federal, participam da RIDE/DF os estados da Bahia, de Goiás e de Minas Gerais.
- b) O objetivo comum dos municípios participantes da RIDE/DF é a construção de infraestruturas de interesse comum, visando a reduzir as desigualdades sociais.

c) Segundo os preceitos que orientam a RIDE/DF, os municípios limítrofes devem promover política de saúde pública independentemente dos respectivos vizinhos.

d) Dentro da RIDE/DF, o município só poderá utilizar-se dos recursos hídricos cujas nascentes estejam dentro do próprio território.

e) A equidade econômica entre os diversos municípios goianos e mineiros e o Distrito Federal facilitou o processo de integração da RIDE/DF.

28. Considerando aspectos geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais referentes ao Distrito Federal (DF) e à Rede Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE), assinale a alternativa correta.

a) Característico da construção de Brasília, o planejamento urbano foi reproduzido na ocupação das cidades que compõem o Distrito Federal.

b) Vitorioso em vários pontos, o projeto de construção da nova capital no Planalto Central falhou no objetivo de interiorizar o desenvolvimento nacional.

c) Com graves problemas estruturais, como transporte e segurança, o entorno do DF teve sua população bastante ampliada nas últimas décadas.

d) Por sua especificidade, a RIDE omitiu a crucial questão da segurança pública na configuração das áreas de interesse para sua atuação.

e) A atração exercida pelo agronegócio, particularmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fez cessar o fluxo migratório para o entorno do DF.

29. A hidrografia do Distrito Federal (DF) é importante na organização das cidades, e vários aspectos são levados em consideração para a respectiva utilização. Com relação aos aspectos hidrográficos do DF, assinale a alternativa correta.

a) Algumas das principais bacias hidrográficas que cortam o DF são vitais para abastecer importantes bacias hidrográficas brasileiras, como a do São Francisco, a do Paraná e a do Tocantins-Araguaia.

b) O DF é rico em rios caudalosos e com grande potencial hidroelétrico.

c) A área do DF possui a lagoa Joaquim Medeiros, rica em volume d'água e que ocupa a área de Brazlândia.

d) O lago Paranoá foi construído originalmente com o objetivo de atender ao abastecimento de água para a população, sendo responsável pelo atendimento de Brasília integralmente.

e) O fenômeno hidrográfico de Águas Emendadas localiza-se na Região Administrativa do Gama, área com maior extensão em preservação do DF.

30. A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) subordinou-se, entre outros, ao objetivo de

a) promover o desenvolvimento econômico da porção do território goiano que não se integrou ao estado de Tocantins, criado pela Constituição de 1988.

b) fazer do Governo Federal o principal responsável pela geração de empregos nos municípios goianos e mineiros limítrofes ao Distrito Federal.

c) assegurar que o trabalho de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição ambiental seja arcado integralmente pelos municípios integrantes da RIDE.

d) transferir à União a responsabilidade direta pela operação do sistema de transporte público da região, incluindo a fixação das tarifas a serem pagas pelos usuários.

e) articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.

31. O primeiro conflito social/espacial da cidade de Brasília aparece com a necessidade de abrigar os pioneiros que construíram a cidade – os “candangos” –, para os quais não havia lugar no plano urbanístico de Brasília. As cidades-satélites, que não estavam incluídas, inicialmente, nas premissas do Plano Piloto, foram, posteriormente, acrescentadas e serviram de acomodação para candangos – pioneiros/operários – de Brasília. O governo inaugurou a primeira delas quase dois anos antes da própria capital e fundou outras três em fins de 1961.

Em relação à organização do espaço geográfico do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- a) As cidades-satélites constituíram-se, originalmente, em núcleos rurais, formados pelo setor público para abrigar, exclusivamente, atividades agropecuárias.
- b) Núcleo Bandeirante e Ceilândia foram as duas primeiras cidades-satélites construídas no Distrito Federal.
- c) Planaltina e Brazlândia – cidades-satélites de Brasília – eram cidades goianas, preexistentes à instalação da capital da República.
- d) Como Plano Piloto é considerado o território que engloba Asa Sul, Asa Norte, Cruzeiro, Candangolândia e Guará.
- e) As cidades-satélites foram construídas para abrigar os primeiros imigrantes não envolvidos na construção da nova capital.

32. Com relação às Regiões Administrativas com maior contingente populacional no Distrito Federal, é correto citar

- a) Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo.
- b) Brazlândia e Itapoã.
- c) Gama e Cruzeiro.
- d) Lago Sul e Lago Norte.
- e) Ceilândia e Taguatinga.

Noções de Legislação Específica

33. Acerca da prescrição da ação disciplinar, prevista na Lei Complementar no 840/2011, assinale a alternativa correta.

- a) A data em que o fato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar é o que define quando o prazo de prescrição começa a correr.
- b) O prazo de prescrição das infrações puníveis com advertência é de dois anos.
- c) Os prazos de prescrição previstos na lei penal nunca são aplicados às infrações disciplinares capituladas também como crime.
- d) As infrações puníveis com demissão são imprescritíveis.
- e) A instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição.

34. No que se refere a atos administrativos e à Lei Complementar n.º 840/2011, assinale a alternativa correta.

- a) Suponha-se que a Administração Pública tenha alterado o seu entendimento a respeito de determinada matéria. Nesse caso, diante do princípio da legalidade, a nova interpretação deverá retroagir para alcançar os atos administrativos já editados, bem como suas consequências jurídicas.
- b) A motivação, como elemento do ato administrativo, deverá estar alojada no próprio corpo do ato administrativo por meio de “considerandos”, não sendo possível a mera referência da motivação prévia em outros processos ou em pareceres prévios.
- c) A posse ocorrerá no prazo improrrogável de trinta dias, contados do ato de nomeação.
- d) O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital não terá direito subjetivo à nomeação, mas apenas expectativa de direito.

e) Não é possível, no âmbito do Poder Executivo do DF, criar cargo em comissão de jardineiro.

35. Quantos dias são previstos como prazo para a defesa escrita no processo administrativo disciplinar do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, quando houver somente um servidor indiciado e não houver diligências reputadas indispensáveis?

- a) Cinco.
- b) Oito.
- c) Trinta.
- d) Quinze.
- e) Dez.

36. O regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal prevê que, durante o estágio probatório, são avaliadas a aptidão, a capacidade e a eficiência do servidor para o desempenho do cargo. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta todos os fatores a cuja observância deve obedecer o referido estágio probatório, conforme disposição expressa desse estatuto.

- a) Assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; e, responsabilidade.
- b) Pontualidade; disciplina; capacidade de iniciativa; e, produtividade.
- c) Assiduidade; pontualidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; e, responsabilidade.
- d) Assiduidade; pontualidade; disciplina; capacidade de iniciativa; e, produtividade.
- e) Pontualidade; disciplina; capacidade de iniciativa; e, responsabilidade.

37. Com relação ao instituto da readaptação, previsto no regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, é correto afirmar que a readaptação

- a) é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com

a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

b) é uma das formas expressas de provimento de cargo público.

c) será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitados a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.

d) consiste, exigidos os requisitos legais, em proporcionar ao servidor efetivo atividades compatíveis com a limitação sofrida.

e) é uma das formas possíveis de vacância de cargo público.

38. Salvo disposição legal em contrário, conforme disposições do próprio regime jurídico único, os servidores públicos efetivos do governo do Distrito Federal têm regime de trabalho semanal de:

- a) 20 horas.
- b) 30 horas.
- c) 36 horas.
- d) 40 horas.
- e) 44 horas.

39. O Regime Jurídico Único dos Servidores do Distrito Federal dispõe, entre outros temas, acerca de seu regime disciplinar. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) A cassação de aposentadoria é a sanção por infração disciplinar que houver sido cometida pelo servidor quando ainda em atividade, pela qual se impõe a perda do direito à aposentadoria, vedada, nesse caso, a cominação de impedimento de nova investidura em cargo público.

b) É prevista a possibilidade de isenção de aplicação de sanção disciplinar.

c) Os efeitos da advertência ou da suspensão não cessam se lei posterior deixar de considerar como infração disciplinar o fato que as motivou.

d) Quando o servidor incorrer em reincidência por infração disciplinar leve, aplica-se a suspensão que não poderá exceder 90 dias.

e) O desconhecimento de norma administrativa não pode ser alegado pelo servidor, para quaisquer efeitos.

40. À segurada do RPPS/DF que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

I – 90 (noventa) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;

II – 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade;

III – 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Quais afirmações estão corretas?

a) II e III, apenas.

b) I, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

41. Dentre os atributos dos atos administrativos, a autoexecutoriedade não está sempre presente, assim como

a) a presunção de veracidade, já que somente os atos administrativos constitutivos de direito assim a demandam.

b) a legalidade não está presente nos decretos autônomos, porque não dependem da existência de norma prévia à regulamentação.

c) não está presente em todos os atos que configuram expressão do poder de polícia, este que também pode possuir caráter preventivo.

d) a imperatividade só se mostra presente nos atos administrativos para os quais haja expressa previsão de publicidade, sem o quê não há imposição de efeitos externos.

e) não há que se falar em legalidade quando da atuação discricionária de polícia por parte da Administração pública, considerando que a previsão em lei é prescindível.

42. Em relação aos vícios do ato administrativo, é correto afirmar que:

a) o excesso de poder é caracterizado pela prática do ato em desacordo com a finalidade colimada pelo legislador;

b) o vício de motivo é caracterizado pela incongruência entre o conteúdo do ato e a norma jurídica aplicável;

c) a forma do ato administrativo é livre, salvo onde a lei exija formalidade essencial à sua validade;

d) o vício de objeto decorre de um defeito nos pressupostos de fato do ato administrativo;

e) o desvio de finalidade é sempre sanável por meio de ratificação.

43. Considere: Y é empresa pública federal e Z é sociedade de economia mista, também de âmbito federal. Levando em conta as características de tais entidades,

a) ambas poderão revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

b) Y deve, obrigatoriamente, estar estruturada sob a forma de sociedade anônima.

c) ambas admitem a presença de pessoas da iniciativa privada em seu capital.

d) apenas a empresa Y apresenta a característica da vinculação aos fins definidos na lei instituidora.

e) o capital de Z poderá ser formado da conjugação de recursos oriundos das pessoas de direito público ou de outras pessoas administrativas, de um lado, e de recursos da iniciativa privada, de outro.

44. O poder de polícia

a) é exclusivo da polícia militar e civil.

b) também é conhecido por polícia judiciária.

- c) é exclusivo da polícia federal.
- d) possui como atributo o livre arbítrio.
- e) é chamado de polícia administrativa.

45. Acerca da responsabilidade civil dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- a) Caso a administração pública observe que determinado agente público tenha causado dano a particular, ela poderá, antes mesmo de ser condenada, entrar com ação regressiva contra o referido agente, buscando ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados.
- b) Os sucessores de servidor público causador de dano a particular podem ser responsabilizados pelos prejuízos que a administração seja obrigada a pagar, estando a responsabilidade limitada ao valor do patrimônio deixado pelo falecido aos seus sucessores.
- c) A administração pode ingressar com ação regressiva contra o agente público causador do dano, independentemente da comprovação de culpa ou dolo.
- d) O prazo para a administração pública entrar com ação regressiva contra o agente causador de dano é de cinco anos.
- e) A administração pode ser condenada a ressarcir danos causados, ainda que se comprove culpa exclusiva do particular.

46. Serviço público pode ser conceituado como toda atividade executada pelo Estado visando à promoção de utilidade e comodidade para os cidadãos usuários, com prerrogativas decorrentes da supremacia estatal e sujeições justificadas pela indisponibilidade do interesse público.

Nesse contexto, aplica-se ao serviço público o princípio da:

- a) atualidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua

conservação, bem como visando à sua melhoria e expansão;

- b) continuidade do serviço público, segundo o qual as atividades administrativas devem ser prestadas de forma ininterrupta, razão pela qual o ordenamento jurídico veda o direito de greve aos servidores públicos;
- c) universalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado de forma geral a todas as pessoas, em igualdade de condições, não podendo ser interrompido pelo inadimplemento do usuário;
- d) modicidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com tarifas acessíveis à população em geral, com preço público subsidiado pelo poder público, garantida a gratuidade aos comprovadamente hipossuficientes;
- e) impessoalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado em igualdade de condições para qualquer usuário, e não pode o particular prestador do serviço invocar, em qualquer hipótese, a exceção do contrato não cumprido.

Noções de Direito Constitucional

47. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal:

- a) a duração do trabalho normal não superior a doze horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- b) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, a participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- d) a remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- e) a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.

48. Com referência à organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a CF, o Distrito Federal — unidade federada indivisível em municípios — é a capital federal do país.
- b) Os municípios são subordinados administrativamente aos estados em que estiverem localizados.
- c) Do ponto de vista político-administrativo, os estados federados são subordinados à União.
- d) É permitido à União, mas vedado aos estados, recusar fé aos documentos públicos.
- e) É vedado a todos os entes da Federação estabelecer cultos religiosos.

49. Em relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) perderá o mandato o Deputado ou Senador que vier a responder a processo criminal em andamento, independente do trânsito em julgado de sentença condenatória.
- c) os Deputados Federais e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe apenas da Câmara dos Deputados.
- e) a criação e edição de leis internacionais compete ao Congresso Nacional.

50. A Constituição Federal, no que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, estabelece que

- a) o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo e a indenização deverá ser estabelecida por meio de acordo bilateral.

- b) a não privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política é absoluta.
- c) interesse social é a única motivação legal para a realização de desapropriações.
- d) a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, depende de não frustrar reunião anteriormente convocada para o mesmo local e de aviso prévio à autoridade competente.
- e) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização prévia.

51. O servidor público civil tem assegurado constitucionalmente o direito

- a) de livre manifestação, mas não o direito à livre associação sindical nem o direito de greve.
- b) à livre associação sindical, mas não o direito de greve.
- c) à livre associação sindical e o direito de greve, este desde que autorizado previamente pelo Poder Judiciário.
- d) à livre associação sindical e o direito de greve, este nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- e) de greve, nos termos e nos limites definidos em lei específica, mas não o direito à livre associação sindical.

52. Quanto à hierarquia das normas, assinale a opção correta:

- a) As normas da Constituição Federal produzidas pelo Poder Constituinte originário têm o mesmo nível hierárquico das leis complementares.
- b) As normas da Constituição resultantes do Poder Constituinte originário são hierarquicamente superiores às normas da Constituição resultantes de emenda à Constituição.
- c) Uma medida provisória tem menor status hierárquico do que uma lei ordinária.

- d) A lei complementar tem o mesmo status hierárquico da emenda à Constituição.
- e) O tratado internacional não tem o mesmo status hierárquico de uma emenda à Constituição.

Noções de Direito Penal

53. Fato típico é

- a) a modificação do mundo exterior descrita em norma legal vigente.
- b) a descrição constante da norma sobre o dever jurídico de agir.
- c) a ação esperada do ser humano em face de uma situação de perigo.
- d) o comportamento humano descrito em lei como crime ou contravenção.
- e) a possibilidade prevista em lei do exercício de uma conduta ilícita.

54. Qual das condutas referidas abaixo NÃO representa uma contravenção penal?

- a) Praticar vias de fato contra alguém.
- b) Não guardar com a devida cautela animal perigoso.
- c) Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios com gritaria ou algazarra.
- d) Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
- e) Entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.

55. Infração penal significa:

- a) Quando um caso não previsto em lei é regulado por um preceito legal, que rege um semelhante.
- b) Ofensa real ou potencial a um bem jurídico, levando-se em consideração os elementos subjetivos do tipo, a ilicitude e a culpabilidade.
- c) Todos os valores ético-sociais que estejam a exigir uma proteção especial, no âmbito do direito penal, por se revelarem insuficientes à proteção dos outros ramos do direito.

- d) Quando o princípio para o caso omitido se deduz do espírito e do sistema do ordenamento jurídico, considerado em seu conjunto.
- e) Que o delito é sinônimo de contravenção penal no Brasil.

56. O funcionário público que, embora não tendo a posse em razão do cargo de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, comete crime de:

- a) concussão.
- b) peculato.
- c) furto.
- d) roubo.
- e) apropriação indébita.

57. O crime denominado “petrechos de falsificação” (CP, art. 294) tem a pena aumentada, de acordo com o art. 295 do CP, se

- a) praticado com intuito de lucro.
- b) cometido em detrimento de órgão público ou da administração indireta.
- c) a vítima for menor de idade, idosa ou incapaz.
- d) causar expressivo prejuízo à fé pública.
- e) o agente for funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo.

58. Aurélio, pessoa com 17 (dezessete) anos de idade, foi flagrado por guardas municipais pichando o muro de uma escola municipal. Sobre essa situação, analise as seguintes proposições:

- I. O ato de pichar muros não pode ser considerado como ato infracional, pois se trata de mera contravenção penal.
- II. Os guardas municipais devem apreender o menor e encaminhá-lo imediatamente à autoridade policial competente.

III. Aurélio deve ser apreendido, mas não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

IV. Aurélio deve ser apreendido e independentemente de ele esboçar alguma resistência ou não à apreensão, poderá ser algemado se isso facilitar seu transporte.

V. O adolescente deverá ser apreendido e tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) II e IV
- c) II, III e V
- d) III, IV e V
- e) III e V

Noções de Direito Processual Penal

59. Constitui característica do inquérito policial:

- a) inquisitivo.
- b) indispensabilidade.
- c) público.
- d) disponível, delegado pode arquivar mesmo convencido de que o fato é atípico.
- e) procedimento rígido.

60. De acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar sobre o inquérito policial.

- a) As diligências requisitadas pela parte ofendida deverão ser realizadas pela autoridade policial, no prazo de até dez dias.
- b) Apenas a autoridade judiciária poderá requisitar a realização de diligência durante a fase indiciária.

c) A prática de diligências durante as investigações indiciárias deverão ser suportadas pela parte que as requerer.

d) Ficará a juízo da autoridade policial a realização, ou não, das diligências requeridas pelo representante legal do ofendido.

e) Estando o réu solto, as diligências requeridas pelo indiciado deverão ser realizadas no prazo máximo de setenta e duas horas pela autoridade policial.

61. Segundo disposto no Código de Processo Penal, o que determina a competência jurisdicional é, EXCETO a:

- a) Natureza da infração.
- b) Litispendência.
- c) Distribuição.
- d) Conexão ou continência.
- e) Prerrogativa de função.

62. Considera-se em flagrante delito:

a) aquele que é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração, ou ainda, o que é encontrado, logo depois com instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.

b) aquele que é perseguido, em até 48 horas, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração.

c) aquele que é perseguido, em até 24 horas, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele autor da infração.

d) aquele que é encontrado, em até 24 horas, com instrumentos armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.

e) aquele que é encontrado, em até 48 horas, com instrumentos armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele autor da infração.

63. A prisão preventiva

- a) poderá ser decretada pelo juiz somente após o recebimento da denúncia e durante o curso do processo penal.
- b) poderá ser decretada pela autoridade policial durante a investigação policial.
- c) não poderá ser decretada se o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, que o agente praticou o crime em situação de legítima defesa.
- d) poderá ser decretada em se tratando de crimes hediondos, ainda que não haja provas da existência do crime e indícios suficientes de autoria.
- e) poderá ser decreta em substituição à prisão em flagrante por crime hediondo, não sendo necessário, nessa situação, ser motivada sua decisão.

64. Examinando o instituto da fiança, previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, NÃO é motivo para julgar quebrada a fiança, quando o acusado

- a) praticar nova infração penal culposa.
- b) deixar de comparecer, sem motivo justo, mesmo que regularmente intimado para ato do processo.
- c) praticar deliberadamente ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) resistir injustificadamente a ordem judicial.
- e) descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

Noções de Segurança Pública

65. O regime jurídico dos deveres, das transgressões e das penas disciplinares previsto na Lei n.º 4.878/1965 rege o policial civil do Distrito Federal. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta transgressão disciplinar punida com pena de demissão prevista na mencionada lei.

- a) Praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial e manter relações de amizade ou exibir-se em

público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, sem razão de serviço.

- b) Simular doença para esquivar-se do cumprimento de obrigação.
- c) Deixar, habitualmente, de saldar dívidas legítimas.
- d) Promover manifestações contra atos da administração ou movimentos de apreço ou despreço a quaisquer autoridades.
- e) Receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e, sob qualquer pretexto, em razão das atribuições que exerce.

66. Se o titular de secretaria de determinado estado da Federação for sequestrado e o caso tiver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, então a investigação a ser feita pelo DPF

- a) dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime tiver motivação política.
- b) dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime acontecer por motivação política.
- c) independerá de autorização, se o crime for cometido em razão da função pública exercida ou por motivação política.
- d) dependerá de autorização do ministro de Estado da Justiça, se o crime ocorrer em razão da função pública exercida.
- e) dependerá de mandado do ministro de Estado da Justiça, se o crime se der em razão da função pública exercida.

67. Resolução nº 223/06 CLDF: “Art. 8º É livre o porte de arma de uso permitido no território do Distrito Federal aos Inspetores e Agentes de Polícia Legislativa, mediante prévia autorização do Presidente da Câmara Legislativa. § 1º A autorização de que trata o caput dependerá de avaliação psicológica periódica que ateste a capacidade do

servidor para o uso da arma e de prévia habilitação dos servidores em curso específico de treinamento, renovado em intervalo não superior a _____.” A alternativa que completa adequadamente a lacuna anterior é:

- a) 06 meses;
- b) 01 ano;
- c) 02 anos;
- d) 03 anos;
- e) 05 anos.

68. No que se refere à Lei n.º 4.878/1965, que trata do regime jurídico dos policiais civis da União, assinale a alternativa correta.

- a) É competência exclusiva do diretor-geral do departamento da polícia federal determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra policial federal.
- b) O conselho de polícia tem competência para aplicar todas as sanções administrativas previstas pela Lei n.º 4.878/1965.
- c) De acordo com o STF, as infrações disciplinares de deixar de pagar, de forma habitual, dívidas pessoais legítimas e contrair dívidas pessoais para além da capacidade de pagamento, previstas na Lei n.º 4.878/1965, não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988 (CF) por não terem relação com as atribuições do cargo, mas sim com a vida privada do servidor policial.
- d) O servidor policial federal tem direito à prisão especial durante a tramitação do inquérito e da respectiva ação penal até o trânsito em julgado, quando então cumprirá pena em estabelecimento penal, em sela comum e juntamente com os demais presos.
- e) A Lei n.º 4.878/1965 prevê a suspensão preventiva do policial federal, por no máximo 120 dias, para que este não venha a influir na apuração da transgressão, mesmo nos casos de infrações previstas com penalidade de demissão.

69. São atribuições do Coordenador de Polícia Legislativa, entre outras:

- I. providenciar as medidas de policiamento, conforme determinar o Presidente da Câmara;
- II. elaborar e submeter ao Presidente a escala de serviços da polícia interna;
- III. participar da realização de sindicâncias e perícias no âmbito da Câmara.

Quais afirmações estão corretas?

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

70. São consideradas atividades típicas de Polícia da Câmara Legislativa, dentre outras:

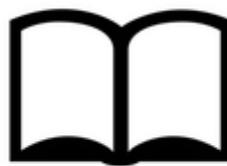
- I. a segurança do Presidente da Câmara Legislativa, em qualquer localidade do território nacional;
- II. o policiamento nas dependências do Distrito Federal;
- III. a revista, a busca e a apreensão;

Quais assertivas estão corretas, segundo a Resolução nº 223/06 CLDF?

- a) II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

Gabarito

01	B	16	E	31	C	46	A	61	B
02	E	17	C	32	E	47	C	62	A
03	B	18	D	33	A	48	E	63	C
04	A	19	B	34	E	49	A	64	A
05	E	20	A	35	E	50	D	65	E
06	B	21	A	36	C	51	D	66	C
07	A	22	E	37	D	52	E	67	D
08	C	23	D	38	B	53	D	68	C
09	B	24	A	39	B	54	E	69	E
10	C	25	E	40	A	55	B	70	B
11	C	26	E	41	C	56	B	71	X
12	E	27	B	42	C	57	E	72	X
13	A	28	C	43	E	58	C	73	X
14	D	29	A	44	E	59	A	74	X
15	C	30	E	45	B	60	D	75	X



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!